

Vaga no Senado pode custar Cz\$ 160 mi

Menezes y Morais

A exemplo das demais unidades da República Federativa do Brasil, o grande capital também está articulado em Brasília, para conseguir eleger seus representantes à Assembléia Nacional Constituinte, com o objetivo de impedir qualquer avanço na redação do texto da nova Constituição brasileira. No DF, uma eleição para o Senado poderá custar até Cz\$ 160 milhões e Cz\$ 80 milhões para a Câmara Federal.

Dirigentes de diversos partidos são os autores dessa denúncia. Eles acrescentam que até uma conhecida empresa multinacional que atua no setor de saúde está financiando no DF uma candidatura à Câmara Federal. Também a chamada União das Forças Políticas, que anunciou ainda em novembro de 85 ter Cz\$ 66 bilhões — à moeda corrente — em caixa para financiar candidaturas, está de olho na Constituinte.

Contra-ofensiva

A saída que os partidos do Movimento Democrático Brasileiro e dos Trabalhadores, por exemplo, estão encontrando para barrar a ofensiva do grande capital, é um trabalho de fortalecimento partidário e de esclarecimento à opinião pública.

As eleições devem ser caracterizadas pela postura ideológica dos partidos políticos e da sociedade, através do seu voto nas urnas. Nós estamos muito preocupados com a influência e o abuso do poder econômico na Constituinte", disse Milton Seligman, presidente regional do PMDB.

Já o vice-presidente regional do PT, Geraldo Magela, garante que paralelamente à tarefa de fortalecimento dos partidos, é necessário também um amplo trabalho de conscientização da comunidade. "Essa influência só vai ser barrada com esse trabalho de esclarecimento público. Temos que denunciar para a comunidade que os candidatos que estão sendo financiados pelo grande capital vão redigir na Constituinte, uma Carta ainda mais conservadora e mais reacionária do que a atual", afirmou.

Magela e Seligman afirmam ainda que a Justiça Eleitoral está atenta para esse problema. Mas acrescenta que os partidos têm papel preponderante nessa batalha, orientando seus candidatos para que não se deixem levar pelas propostas de financiamentos de suas campanhas eleitorais, feitas pelos representantes dos grandes grupos econômicos e financeiros. "Caso contrário vamos ter, em 87, uma Constituição que poderá refletir os interesses das multinacionais", diz Seligman.

Formas

Representantes de diversos partidos — existem 20 já legalizados junto ao Tribunal Regional Eleitoral — garantem que existem várias formas da influência do poder econômico conseguir seus objetivos num ano eleitoral. Entre elas, citam os chamados brindes "aliciadores de votos", como chaveiros, camisetas, bonés, pão, leite, chapéu, empregos e isqueiros. Até pouco artesiano, no Velho Gama, já foi prometido à comunidade, por um candidato a deputado federal.

As mesmas fontes acrescentam inclusive que um grupo de usineiros já está se articulando no DF, para conseguir eleger representantes seus, que não permitam, na Assembléia Nacional Constituinte, a aprovação de qualquer lei que por acaso venha extinguir o Pró-alcool. E faltando ainda cinco meses para as eleições, essas fontes garantem que "já existe muito dinheiro sendo derramado na campanha".

Fundo

Com ou sem ajuda do grande capital nacional ou internacional, porém, a campanha eleitoral de um candidato custa muito dinheiro. E será mais cara ainda, se for para o Senado. "A campanha, só pode ser viabilizada financeiramente por parte dos partidos. Para isso, o PFL, por exemplo, conta com o seu fundo partidário", diz o tesoureiro do partido, jornalista Esau de Carvalho. Ele acrescentou que o PFL está solicitando doações financeiras de grupos econômicos e empresas, para gastos com o material publicitário da campanha do partido.

Também o PT, diz Geraldo Magela, está se mobilizando para conseguir recursos financeiros para a campanha. "Nós vamos realizar festas, bingos, fazer bônus, pedir doações de militantes e simpatizantes do PT, para que o partido possa fazer a sua campanha eleitoral. Vamos instituir uma verdadeira socialização de todo o dinheiro arrecadado: todo comitê de candidatos nossos doará ao comitê unificado 20 por cento do dinheiro que conseguiu angariar, para a campanha do partido como um todo", explicou.

Legislação

O quadro é este. Os candidatos pobres estão preocupados em revertê-los. E a saída para isso, garante o jurista Francisco Ferreira de Castro, membro da Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, é confiança na legislação eleitoral. "O Código Eleitoral é muito forte e vai coibir os abusos do poder econômico nas eleições", garante.

Neste sentido, todos os dirigentes políticos ouvidos pelo JBr elogiaram a decisão do juiz eleitoral Simão Guimarães de Sousa, que já baixou uma portaria determinando a retirada dos **out-doors** de candidatos, que estão estratégicamente colocados em todo o DF.

Neste sentido, o TRE tem um forte aliado — o governador José Aparecido. Ele afirmou que o GDF não vai permitir tais abusos e, para coibi-los, está trabalhando em sintonia com a Justiça Eleitoral. Agora, se o TRE, o GDF e mesmos os dirigentes partidários bem intencionados vão conseguir frear o avanço do grande capital na Constituinte, só o tempo dirá.

Afinal, Brasília vai fazer a primeira eleição de seus 26 anos de história como Capital da República, no dia 15 de novembro. Neste dia, o TRE espera que 800 mil eleitores — metade da população do DF — escolham, entre aproximadamente 450 candidatos — cada partido apresentará 20 possíveis — seis ao Senado — e uma média de três a seis ao Senado — os oito deputados federais e os três senadores, que vão representar a bancada do DF na Assembléia Nacional Constituinte.